

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de  
História e do Programa de Pós-Graduação em  
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá  
Brasil

Koling, Paulo José

TEORIAS DA DEPENDÊNCIA: ABORDAGENS SOBRE O DESENVOLVIMENTO LATINO-  
AMERICANO

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.  
11, núm. 1-2, 2007, pp. 137-165

Universidade Estadual de Maringá  
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526867008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## TEORIAS DA DEPENDÊNCIA: ABORDAGENS SOBRE O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO\*

*Paulo José Koling<sup>1</sup>*

---

**Resumo.** Neste artigo apresentamos alguns elementos das abordagens teóricas realizadas sobre o desenvolvimento latino-americano e suas análises das formas de inserção econômica internacional, destacando a visão do pensamento periférico, a revisão das teorias da dependência e aspectos do debate entre *dependentistas*. Tratando-se do século XIX, na “tradição” intelectual latino-americana sobre a inserção dos novos países da região na economia mundial predominou o enfoque dualista da *civilização* ou da *barbárie* e a teoria ricardiana das vantagens comparativas na divisão internacional do trabalho, que, por sua vez, foi base da crítica produzida pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Da revisão *dependentista* analisamos, inicialmente, sua crítica ao estruturalismo rostowiano e ao cepalino, e, em seguida, situaremos aspectos da discussão realizada entre intelectuais das teorias da dependência, no que se refere à relação entre a dependência e o desenvolvimento, e nuances de sua publicização no Brasil.

**Palavras-chave:** América Latina; capitalismo; historiografia; dependência.

## DEPENDENCE THEORIES: APPROACHES ON THE DEVELOPMENT OF LATIN AMERICA

**Abstract.** Elements on the theoretical approaches with regard to Latin American development and analyses of its international economic insertion are provided. Periphery, revision of dependence theories and aspects of the debate among “dependentists” are analyzed. The dual focus of civilization and barbarity was dominant during the 19<sup>th</sup> century and within the context

---

\* Artigo recebido em 02/05/2006 e aprovado em 25/10/2006.

<sup>1</sup> Doutor pela PUC/RS, professor de História da América na UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon.

of traditional Latin American intellectual thought on the insertion of the new countries within world economy. This was corroborated by the Ricardian theory of comparative advantages within the international work division, criticized by the Economical Commission for Latin America (CEPAL). In the context of dependence revision, critique on Rostowian and Cepal structuralism will be undertaken. Aspects of the discussion among intellectuals on dependence theories with regard to the relationship between dependence and development and nuances on its publicity in Brazil will be given and investigated

**Keywords:** Latin America; capitalism; historiography; dependence.

## TEORÍAS DE LA DEPENDENCIA: ENFOQUES SOBRE EL DESARROLLO LATINOAMERICANO

**Resumen.** En este artículo presentamos algunos elementos de los enfoques teóricos realizados sobre el desarrollo latinoamericano y sus análisis de las formas de inserción económica internacional, destacando la visión del pensamiento periférico, la revisión de las teorías de la dependencia y los aspectos del debate entre los *dependentistas*. Para el estudio de la inserción de los nuevos países de la región en la economía mundial del siglo XIX, en la “tradición” latinoamericana predominó el enfoque dualista de “civilización o barbarie” y la teoría ricardiana sobre las ventajas comparativas de la división internacional del trabajo que, por su parte, fue la base de la crítica producida por la Comisión Económica para América Latina (CEPAL). Inicialmente, de la revisión *dependentista* analizamos su crítica al estructuralismo rostowiano y al cepalino; luego, situamos los aspectos de la discusión realizada entre los intelectuales de las teorías de la dependencia, en lo que se refiere a la relación entre dependencia y desarrollo y los matices de su divulgación en Brasil.

**Palabras Clave:** América Latina, capitalismo, historiografía, dependencia

---

### 1 – INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como objetivo realizar uma revisão teórica das abordagens das *teorias da dependência* e situá-las no conjunto da produção historiográfica sobre o desenvolvimento do capitalismo na

América Latina, bem como indicar parte do debate produzido entre dependentistas brasileiros. Afora a produção intelectual positivista e a do liberalismo clássico, que influenciaram a visão do desenvolvimento socioeconômico da região durante o século XIX até 1930-45, foi no período do pós-1930 que surgiram outras abordagens teórico-metodológicas que trataram do desenvolvimento e de outras formas de inserção internacional: inicialmente a teoria do subdesenvolvimento (pensamento periférico) e, mais tarde, a teoria da dependência. O *pensamento periférico* (prebischiano e cepalino) já havia realizado uma crítica significativa à teoria clássica, do *laissez-faire* e da teoria ricardiana das vantagens comparativas, mostrando que o modelo de desenvolvimento econômico primário-exportador e sua forma de inserção internacional eram inadequados para os países latino-americanos, e defendia que a industrialização planejada era uma necessidade histórica para a superação da dependência do sistema centro-periferia. Os intelectuais das *teorias da(de) dependência*, por sua vez, mesmo criticando os limites do estruturalismo cepalino (determinismo do progresso técnico na economia, dos elementos externos do sistema e da solução industrializante), reconheceram a contribuição e os avanços que os *periféricos* haviam produzido com relação à interpretação da condição periférica ocupada pelos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho. Noutro aspecto, teórica e metodologicamente, os *dependentistas* qualificaram a abordagem, pois introduziram uma discussão interdisciplinar (sociologia, economia, política e história) e uma visão integrada e histórica do processo, além de problematizarem as relações sociais de poder construídas a partir de alianças entre classes, frações, grupos e Estados, em nível nacional e internacional, e seus interesses na/com a dependência. Entretanto, o debate entre os *dependentistas* também foi significativo. Enquanto uns viam no desenvolvimento dependente a forma possível de crescimento e de inserção internacional dos países latino-americanos, outros defendiam a necessidade histórico-social da superação dos laços da dependência como condição de libertação nacional do imperialismo. No contexto atual, a chamada “globalização” recoloca a importância do debate sobre a *situação concreta da dependência*, a revisão do enfoque histórico-estrutural e a

participação e a trajetória de alguns intelectuais *dependentistas*, no período de 1960 até os anos mais recentes.

O estudo da historiografia do desenvolvimento latino-americano remete-nos, de certo modo, ao tema e ao debate apresentado por José Aricó (1987, p. 419-420) sobre a força da “europeização”<sup>2</sup> e por Roberto Schwarz (1973, 2003.), referente à construção da idéia do que era a América Latina, da realidade histórica do subdesenvolvimento e do(s) projeto(s) de nação e de inserção econômica internacional dos países latino-americanos. O próprio Raúl Prebisch (1949), no texto seminal do pensamento periférico fez a crítica à “tradição copista” que aos economistas latino-americanos realizavam, aplicando teorias e modelos universais exógenos aos problemas da região. Cabe destacar, desde já, que esta abordagem não pode ser entendida como sendo um mero estudo das “idéias pelas idéias”. Mesmo em se tratando da história das idéias, das teorias, ou da história intelectual, a concretude dos projetos e o engajamento social dos intelectuais, ou seja, das idéias de nação enquanto representação e/ou ideologia, dizem respeito à sua historicidade e ao chão social em que o intelectual e sua teoria estão situados no tempo e no espaço. Tanto a construção de uma política econômica quanto a interpretação histórica do seu significado social perpassam, portanto, pela noção de inclusão ou exclusão dos indivíduos, grupos, etnias, minorias, classes sociais - enfim, da sociedade civil organizada nessa construção e sua corporificação na sociedade política nacional.

## 2 – REFERÊNCIAS DO SÉCULO XIX

Tratando da recepção do positivismo e do liberalismo entre as elites aristocráticas latino-americanas durante o século XIX, Roberto Schwarz (1973) e Rui M. Marini (2000) analisaram a forma de uso

---

<sup>2</sup> Na “Advertencia” de sua obra *7 Ensayos de interpretación de la realidad peruana*, José Carlos Mariátegui referiu-se ao caráter europeizante das idéias que Sarmiento apresentou no *Facundo*: “Sarmiento que es todavía uno de los creadores de la argentinidad, fue en su época un europeizante. No encuentro mejor modo de ser argentino” (MARIÁTEGUI, 1992, p. 13).

delas enquanto referenciais de demarcação dos espaços entre a *civilização* (cultura européia superior) e a *barbárie* (a inferioridade indígena, negra e mestiça). Roberto Schwarz cita o caso brasileiro, no qual as teses liberais eram usadas em concomitância e incorporadas na defesa da escravidão, vista na perspectiva do direito individual à propriedade privada. Na realidade, a estrangeirização, ou mesmo a xenofobia (mais retórica do que efetiva) não representam contradição entre concepções de mundo dos indivíduos e seu “lugar social”, mas sim, formas de incorporação, recepção e releituras que partem do lugar histórico-social dos seus interlocutores. Todavia, como afirmou Ruy Marini, esta prática não estava isenta de interesse, de mascaramentos ou de desmascaramentos.

Os casos do argentino Domingo Faustino Sarmiento (1996), com sua obra literária *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*, escrito em 1845, e dos “científicos” no porfiriato mexicano, durante o último quartel do século XIX, exemplificam melhor a incorporação de modelos “teóricos” e do seu caráter político-social na construção da(s) idéia(s) de nação (progresso interno e inserção internacional). Sarmiento, que governou a Argentina de 1868 a 1872, incluindo os últimos anos da guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864/5-1870), foi, sem dúvida, um dos principais ideólogos que defendiam o livre-comércio e a força do progresso e do embranquecimento da “raça”. Para ele, havia uma contradição entre a *civilização* e a *barbárie* em seu país. Para civilizar economicamente, politicamente e socialmente a Argentina, era preciso destruir os vestígios do mundo colonial hispânico (o caudilhismo rosista, a tradição católica trentista, a mestiçagem do sangue e as populações indígenas, dentre outras coisas) e incorporar o espírito europeu e norte-americano (imigração, laboriosidade, produção agrícola e industrial e política comercial aberta interna e externa).

No período do porfiriato, o corpo do Estado nacional mexicano centralizava-se na figura do ditador Porfírio Díaz, e inspirava-se na força científica do positivismo (liberdade, propriedade individual, ordem e progresso) para construir uma economia nacional voltada aos novos padrões de progresso (ferrovias e exportações

primárias, mineral e agrícola), mas também pretendia eliminar os *ejidos* (barbárie) em favor das *haciendas* (DONGHI, 1975), civilizando, assim, como observou Eric Wolf (1984, p. 19 ss.), a forma de propriedade e posse da terra (novo código de direito agrário ou lei de terras) na perspectiva do progresso capitalista no mundo rural e urbano mexicano.

*Grosso modo*, como os *periféricos* enfatizaram, a teoria ricardiana das vantagens comparativas do comércio internacional e da especialização produtiva, que inicialmente sustentava a crítica do mercantilismo e do exclusivismo metropolitano no comércio colonial (RICARDO, 1982, p. 229), em meados do século XIX passou a justificar a vantagem do livre-cambismo no intercâmbio entre as nações. A ligação de David Ricardo (1982) com a política externa inglesa explica, em grande parte, o conteúdo da tese, como bem analisou Paul Singer (1982, p. xviii ss.).

Ocupando uma função pública junto ao governo britânico e nos bastidores do parlamento, em sua obra de 1817, David Ricardo expôs os argumentos em defesa da política econômica manufatureira e comercial, interna e externa, como pauta exportadora e importadora. Após a derrota napoleônica, em 1815, não havendo mais os riscos do bloqueio comercial continental, a Inglaterra obteria vantagens importando cereais e vinhos e exportando manufaturas. No parlamento inglês, a ordem do dia era a Lei dos Cereais e as posições dos parlamentares perpassavam pelos interesses e vínculos que tinham com os setores agrário, industrial e comercial implicados na matéria legislativa<sup>3</sup>. Assim, a discussão sobre a Lei dos Cereais

---

<sup>3</sup> A *Lei dos Cereais* esteve em vigência na Inglaterra durante o período de 1815 a 1846. A referida lei estabelecia uma política de controle das importações de cereais, destacando-se o trigo, favorecendo a aristocracia agrária, rentista, inglesa. O debate sobre a adoção de uma legislação protecionista ou de liberação comercial contrapunha os interesses dos setores agrários aos dos industriais e dos exportadores e importadores. Os partidários do livre-comércio chegaram a criar a *Liga Contra a Lei dos Cereais* (Anti-Corn-Law-League), em 1838, para articular as disputas do capital industrial no campo político e social. Neste sentido é que a *tese das vantagens comparativas*, de David Ricardo (1985) expressou, teoricamente, parte desta disputa. Portanto, a Lei dos Cereais e as Vantagens Comparativas representaram um “capítulo” da construção do próprio capitalismo na Inglaterra.

adquiriu o *status* teórico na defesa de uma divisão internacional do comércio que prevaleceu por mais de um século.

Neste contexto do século XIX também ocorreram os processos de independência das colônias ibéricas latino-americanas e as novas nações (independes e soberanas, do ponto de vista dos Estados nacionais e das relações externas) se vincularam internacionalmente a partir dos interesses da aristocracia agroexportadora, que deu direção ao movimento emancipatório, mas também construiu um Estado-Nação a sua imagem e semelhança. Assim, o livre-cambismo, visto a partir dos interesses das elites oligárquicas latino-americanas – a nova classe dirigente –, sustentava a política econômica interna e a inserção no comércio internacional das novas nações. Na crítica ao livre-cambismo, guardadas as diferenças, tanto os *desarrollistas cepalinos* quanto os *dependentistas* problematizaram os limites da inserção internacional agroexportadora dos novos Estados latino-americanos, que fundamentava a dependência externa ao desenvolvimento interno.

### 3 – AS (RE)INTERPRETAÇÕES DOS PERIFÉRICOS E DOS DEPENDENTISTAS

Na interpretação cepalina (CEPAL, 1951), a nova divisão internacional do trabalho, sendo uma etapa da expansão da economia capitalista, dava origem ao sistema centro-periferia, às suas polaridades e desigualdades nas relações de dependência no desenvolvimento. Os *dependentistas* enfocam este processo, o neocolonialismo, como construção de uma nova hegemonia oligárquica, articulada interna e externamente, que manteve a herança colonial (STEIN, 1983). Ao tratar da afirmação do regime neocolonial e das novas funções da América Latina na economia mundial, Halperin Donghi estabeleceu os vínculos entre os interesses da oligarquia exportadora (elite dirigente) e a opção ideológica e econômica pelo projeto livre-cambista de inserção no mercado internacional: “o livre-câmbio é a fé comum dos dirigentes políticos e das camadas superiores” (DONGHI, 1975, p. 129).



Ao participar do debate entre dependentistas, em 1972, Francisco Weffort foi muito preciso ao problematizar a relação entre Estado nacional, projeto de Nação, política econômica e forma de inserção internacional:

A existência do Estado-Nação, com seus atributos políticos de autonomia e soberania, não é razão suficiente para pensarmos que se instaure uma contradição Nação-mercado no país que integra o sistema econômico internacional. Pelo contrário, em dadas condições sociais e políticas internas (que só podem ser resolvidas por uma análise de classe), os grupos que detêm a hegemonia, ou seja, que dão conteúdo à idéia de Nação, podem usar a autonomia política para a integração econômica internacional (WEFFORT, 1971, p. 13).

Considerando-se pertinente a argumentação de Weffort, pois a idéia de Nação passa pela hegemonia interna e suas relações externas, o que inclui a adoção de uma determinada política econômica e o controle sobre a produção e o comércio exterior, torna-se perceptível a relação entre os interesses dos grupos hegemônicos locais e a especialização primário-exportadora das economias latino-americanas durante o século XIX até meados do século XX.

Historicamente, os países latino-americanos apresentavam a mesma característica da heterogeneidade estrutural em sua base produtiva interna e na forma de inserção no comércio mundial, desde a independência até a década de 30 do século XX. Sabendo que a independência desses países resultou em emancipação política, mas que isso não teria que vir, necessariamente, acompanhado de autonomia econômica, o modelo de desenvolvimento “para fora” alicerçou-se na base econômica e social colonial e manteve seu crescimento econômico dependente do comércio exterior.

A crítica cepalina apresentada no texto fundador *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas*, de Raúl Prebisch (1949), não deixou esperança para uma retomada do modelo pretérito de crescimento econômico. As desigualdades existentes no sistema centro-periferia e suas características estruturais (o papel, a função e a condição de cada

parte nas relações inter- e intrapartes) não poderiam ser resolvidas pelo mercado nem pela soma das vontades individuais (cooperação espontânea), como afirmam David Ricardo (1982), Friedrich A. Hayek (1977) e Milton & Rose Friedman (1980). Pelo contrário. Para os *periféricos*, o subdesenvolvimento latino-americano era produto da forma de expansão desigual da economia capitalista no globo. Com a tendência estrutural da deterioração dos termos de intercâmbio e da elasticidade-renda, foi apresentada uma crítica à tese das vantagens comparativas e evidenciada a vulnerabilidade exterior dos países periféricos. Por outro lado, o longo período de crise dos países centrais (as duas guerras mundiais e a crise de 1929) – distintamente dos ciclos periódicos de crescimento e recuperação anteriores e seus mecanismos de pressão (exportação da crise para a periferia, através da socialização das perdas) – atingiu a própria ordem econômica internacional e exigiu a construção de uma nova hegemonia interna nos países latino-americanos (CUEVA, 1983), a exemplo do que ocorreu no Brasil no pós-1930 (FONTES, 2005, p. 201 ss.; MARINI, 1969, p. 29 ss.).

Para Raúl Prebisch, a teoria clássica não tinha validade para a América Latina, pois sua pretensão universalista não encontrava sustentação teórica e prática diante da diversidade da história econômica latino-americana (OLIVEIRA, 2003, p.125-132). Falando da formação dos economistas e dos defensores locais do livre-cambismo, partidários do modelo agroexportador e críticos da industrialização periférica, Prebisch criticava-os pela transposição que faziam da realidade cêntrica para a periférica, o que não passava de simples cópia abstrata de uma teoria sem ligação com a história local. A interpretação periférica diferenciava-se da anterior – vantagens comparativas –, pois pensava a América Latina a partir dela mesma; e mais, esta tarefa teria que ser realizada pelos próprios periféricos. Neste sentido, há que se reconhecer que o *subdesenvolvimento* se constituiu num programa teórico e prático que partia da condição periférica.

A experiência da industrialização na periferia latino-americana, iniciada no final do século XIX e aprofundada nesse período de um quarto de século, com destaque para a fase de 1930-

1945, serviu de laboratório para o projeto desenvolvimentista da aceleração da industrialização. O modelo de substituição de importações ou do desenvolvimento “para dentro” veio a ser a expressão de uma nova política econômica interna e de inserção internacional. Assim, no período pós-1945 estava recolocado o enfrentamento político-ideológico - portanto, de hegemonia - entre a retomada do modelo pretérito (especialização e heterogeneidade agroexportadora) ou a continuidade da industrialização substitutiva, com possibilidades de superação da condição periférica (PREBISCH, 1951; CEPAL, 1951). Nota-se, com isso, que ambos os projetos representavam interesses mais específicos: o primeiro, dos setores exportadores; e, o segundo, dos setores urbano-industriais, dos novos grupos sociais urbanos e do setor público-estatal (RODRÍGUEZ, 1981; BIELSCHWOSKY, 1996).

Os estudos de Maria da Conceição Tavares (1983) e de Octavio Rodríguez (1981) são fundamentais para compreender o sentido originário do pensamento periférico e a clareza com que foi analisada a dependência estrutural vivida pelos países periféricos, haja vista a vulnerabilidade externa e a insuficiência interna, que demarcavam o movimento dependente num ritmo de diapásio<sup>4</sup>.

Na passagem dos anos 1950 para os anos 1960 os cepalinos se depararam com duas situações conflitantes, sendo uma de natureza histórica e a outra, por consequência, teórica. A primeira delas estava relacionada com a crise do desenvolvimento (redução da taxa de crescimento e da renda média *per capita*, agravamento da vulnerabilidade externa, aumento das desigualdades sociais). A segunda referia-se à revisão teórica que a própria crise do desenvolvimento impunha aos desenvolvimentistas. A industrialização havia avançado, porém não tinha atingido o dinamismo esperado (houve *falhas* na política substitutiva), apesar dos investimentos estrangeiros (empréstimos e inversões), nem tinha

---

<sup>4</sup> Em sua revisão da “crítica à razão dualista”, Francisco de Oliveira (1987), no “ornitorrongo” (2003), reconheceu seu erro na crítica que havia realizado a *teoria do subdesenvolvimento*. Todavia, hoje, decorridas três décadas, o ornitorrongo suplantou o subdesenvolvimento.

desobstruído os obstáculos internos (círculo vicioso da insuficiência dinâmica e necessidade de reformas redistributivas) e externos (balança comercial e pagamentos).

Diante deste cenário, nos primeiros anos da década de 1960, predominou, entre os periféricos, a tese do *estagnacionismo* e um *pessimismo* com relação aos rumos e aos resultados econômicos e sociais do desenvolvimento, ou seja, da industrialização. Para Celso Furtado (1966), tratava-se de distinguir, com certa profundidade, o que representaria o interesse nacional (ampliação do mercado interno e da participação política popular, política econômica nacionalista) do mero interesse individual da iniciativa privada (local e estrangeiroimperialista), bem como a correlação de forças na esfera política (controle e uso do Estado). Sentindo na pele os efeitos da nova ordem militarizada no Brasil, em seu texto *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Furtado não teve como preocupação central (re)produzir o *pessimismo estagnacionista* das análises cepalinas, mas, sim, abordar as forças internas e externas do imperialismo (das empresas multinacionais e do Estado norte-americano) e sua interferência nos rumos do desenvolvimento nos países latino-americanos<sup>5</sup>.

No mesmo período e fora do circuito cepalino ocorreu a Revolução Cubana (vitoriosa a partir de 1959), desenhando uma alternativa à esquerda da perspectiva desenvolvimentista. A contra-ofensiva imperialista norte-americana, através da “Aliança para o Progresso”, de 1961, apesar de copiar retoricamente a pauta cepalina (nos termos em que fora pensado o papel da cooperação internacional)<sup>6</sup> e da sua caducidade em 1963, não trouxe resultados

---

<sup>5</sup> Na obra de 1981, *Capitalismo Periférico – crisis y transformación*, Raúl Prebisch, revisando sua trajetória intelectual e a crítica da teoria da dependência, tratou das interferências (política, econômica, tecnológica e geopolítica) do imperialismo no desenvolvimento latino-americano. Citou os casos dos golpes militares e a presença e os interesses das empresas multinacionais como porte destas ações. Tratando das multinacionais, além do poder econômico, propriamente dito, que possuíam nos mercados nacionais e internacional, Prebisch levou em consideração o poder de pressão que tinham junto aos partidos políticos, nos processos eleitorais e aos governos em seus países de origem e nos países periféricos.

<sup>6</sup> Esta avaliação sobre a “cópia” que a *Aliança para o Progresso* fez das idéias

animadores aos reformistas nacionalistas. Já o apoio aos golpes militares, iniciando pelo Brasil, em 1964, foi mais realista e profundo, porém, tomando o caminho político autoritário e econômico de abertura ao capital externo. Retomava-se, pois, a encruzilhada histórica do caso anterior da Guatemala (1954), entre as soluções à esquerda ou à direita<sup>7</sup>.

Neste contexto, ou melhor, neste “batismo de sangue”, surgem os primeiros textos da *teoria da dependência*, que apresentaram um novo conteúdo teórico-metodológico. A obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1966/67), de Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto, ocupou (e ocupa) uma posição relevante no conjunto da produção *dependentista*. Entretanto, naquele

---

cepalinas foi apresentada pelo próprio Raúl Prebisch, Secretário-Executivo da CEPAL, em 1962, durante sua conferência em um evento promovido pela *Aliança*, realizado nos EUA: “*Em época não muito distante assim, essas idéias despertavam forte resistência, freqüentemente expressa em termos dogmáticos e rígidos. No momento, são elas reconhecidas como bem fundamentadas e válidas e encontram-se, em grande parte, incluídas na Carta de Punta Del Este*” (PREBISCH, 1962, p. 56).

<sup>7</sup> Ao analisar os movimentos sociais que havia na América Latina no período de 1950/60 e a diversidade das tensões e lutas sociais que representavam, seja os do campo popular seja os dirigidos pelas elites conservadoras, Enzo Faletto contextualizou o cenário do surgimento da própria obra e das possibilidades que os autores indicavam na interpretação do desenvolvimento e da dependência em meio a estas disputas políticas (revolucionárias, populistas, modernizantes-conservadoras, anti-reformistas/populistas ou contra-revolucionárias).

“O panorama político dos anos cinquentista na América Latina foi bastante agitado, em 1952 tinha lugar na Bolívia a revolução do MNR; no Brasil, em 1954 ocorreu o suicídio de Vargas; Perón, na Argentina, era derrocado em 1955; na Colômbia, em 1956 era deposto Rojas Pinilla; Pérez Jiménez na Venezuela caía em 1958; em 1959, Fidel Castro entrava em Havana. Em quase todos os países da região se despertaram expectativas de democratização, de mudanças econômicas e de ampliação dos processos de incorporação e de participação política e social.

Em 1960, produziu-se a ruptura econômica com os Estados Unidos e o acordo econômico com a URSS; em 1961, Fidel Castro proclamava o caráter socialista da Revolução. No mesmo ano, em abril, o desembarque na Playa Girón, promovida pelo governo dos Estados Unidos; em 1962, ruptura da OEA com Cuba e a “crise dos mísseis”; em 1965 o Che Guevara deixava o Ministério da Indústria; criava-se o Partido Comunista Cubano. Em 1966 ocorria a Conferência Tricontinental de Havana e dava-se origem a OLAS” (FALETTTO, 1998, p. 4 e 5).

momento, ambos os autores faziam parte dos quadros da CEPAL, e trabalhavam no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), em Santiago do Chile (CARDOSO e FALETTTO, 1985, p. 13). Também merece destaque o fato de Fernando Henrique Cardoso ter participado, no início dos anos 1960, do grupo de Florestan Fernandes, na Universidade de São Paulo (USP), onde desenvolviam pesquisas e estudos na área da sociologia, principalmente, que serviram de base à teoria da dependência (MARTINS, 1997; CARDOSO, 1971, 1975).

Para Enzo Faletto, na interpretação do desenvolvimento, os *dependentistas* passaram a vê-lo como uma opção econômica vinculada às relações de poder:

O que os dependentistas colocavam, era que, as opções econômicas estavam longe de serem neutras e que tinham claro significado político: que podiam beneficiar a alguns e afetar negativamente a outros. Em suma, o problema do desenvolvimento era um problema de poder, porém, se às vezes não era tão difícil definir o traço do poder existente, mais complicado ainda era definir o caráter do poder possível, e aqui, a dúvida foi colocada no interior dos próprios “dependentistas” (FALETTTO, 1998, p. 5-6).

Sendo o desenvolvimento parte das disputas sociais e históricas, o *dualismo* e a *visão estritamente econômica* presente no pensamento cepalino eram superados por uma análise de processo, ou seja, os rumos do desenvolvimento passavam pelas disputas políticas. Estado e desenvolvimento refletiam as opções/projetos dos grupos dominantes e das pressões sociais dos demais grupos, setores e classes nos espaços do Estado, da sociedade civil e na esfera da economia. Para Enzo Faletto, as diversas manifestações sociais existentes na América Latina, durante as décadas de 1950 e 1960, demarcavam projetos distintos de desenvolvimento:

[...] para os *setores populares* a definição de Estado girava em torno do tema da participação e a integração social; para os *setores médios* o desenvolvimento do Estado significava mobilidade e acesso à administração do poder; para os

*setores altos*, o Estado era preferentemente um instrumento de política econômica (FALETTO, 1998, p. 8, grifo nosso).

Cardoso e Faletto esclareceram que a maior contribuição da *Dependência e Desenvolvimento* centrava-se em sua abordagem teórica, isto é, a obra constituía um esboço conceitual e metodológico às pesquisas empíricas, cuja novidade apresentada consistia na crítica ao estruturalismo cepalino (dualismo e determinismo econômico), ao estruturalismo-funcionalista – principalmente o etapismo rostowiano (ROSTOW, 1966) e ao marxismo vulgar. Além disso, as *situações de dependência* (CARDOSO, 1971), no imperialismo, caracterizariam as transformações e rearticulações das alianças hegemônicas internas e externas de dominação e controle do Estado (seu papel na economia e na sociedade), da política econômica nacional e da inserção internacional. Portanto, a *dependência* não era resultado de um determinismo estrutural externo, nem da inexorabilidade do subdesenvolvimento ou do atraso, ou imperativo do tempo linear e evolutivo, mas, sim, da construção da hegemonia de grupos, frações e classes sociais internas e externas. A *dependência* passou a ser vista como uma forma de dominação que articulava os interesses tanto dos grupos hegemônicos internos como dos externos.

Ao esclarecer o conteúdo da obra inicial no artigo “Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência”, de 1971, Fernando H. Cardoso recolocou a concepção teórico-metodológica de 1966/67:

[...] desloca-se a explicação de um plano simplista do condicionamento externo sobre o interno para uma concepção mais integrada do relacionamento das partes que compõem o sistema capitalista internacional. Substitui-se um estilo de análise baseado em determinações gerais e abstratas (que insistem no Imperialismo, na Luta de Classes, na Burguesia e na Revolução como conceitos gerais ou, no melhor dos casos, como contradições indeterminadas) por outro que procura situar concretamente cada momento significativo de modificação da produção capitalista internacional, mostrando como se dá a rearticulação das

classes sociais, da economia e do Estado em situações particulares (CARDOSO, 1971, p. 31).

O método histórico-estrutural, baseado na análise marxista, articulava o papel das estruturas socioeconômicas e a capacidade de transformação histórica:

[...] embora reconhecendo a existência de estruturas e o condicionamento do processo histórico por elas, nem pretende buscar (como no estruturalismo) as invariantes fundamentais que lógico-ontologicamente conformam as aparentes variabilidades da história, nem pretende caracterizar, como no empirismo historicista, apenas os momentos, densos de conteúdos significativos e de decisões individualizadas, que dão a impressão de definir, independentemente de outros condicionantes, os rumos da história. Trata-se, por conseqüência, de um método que requer a reconstituição da ‘história das relações estruturais’ e que, ao fazê-la, reproduz teoricamente a interação assinalada anteriormente entre o conceito e a prática (CARDOSO, 1975, p. 31).

Em *Dependência e Desenvolvimento*, Cardoso e Faletto (1970, p. 7) tiveram a preocupação de apresentar uma análise sociológica integrada e interdisciplinar: “O trabalho visava estabelecer um diálogo com os economistas sobre o desenvolvimento na América Latina, para salientar a natureza social e política daquele processo”. Além disso, consideravam que as situações de dependência eram históricas e que, em termos gerais, desde a independência até os anos 50 e 60 do século XX, verificavam-se várias fases e tipologias de dependência na industrialização, segundo a base social interna dos países latino-americanos e a natureza das alianças da e na dependência: a industrialização “liberal”, a industrialização “nacional-populista” e a industrialização orientada por um “Estado desenvolvimentista” (CARDOSO e FALETTTO, 1970, p. 96; FERNANDES, 1981).

Na realidade, a contribuição de Cardoso e Faletto (1970, p. 114 ss.) ao debate historiográfico sobre a interpretação do processo de



desenvolvimento socioeconômico latino-americano teve como foco as transformações ocorridas no período pós-guerra, com a *internacionalização do mercado interno* dos países periféricos. Neste aspecto, a abordagem do *desenvolvimento dependente* (CARDOSO, 1993) contestava tanto as teses *estagnacionista* e do *subdesenvolvimento* cepalinas como a tese do *desenvolvimento do subdesenvolvimento* – da *superexploração do trabalho* – defendida por Rui Marini (1969 e 2000), Theotônio dos Santos (2000) e André Gunder Frank (1971 e 1976). Parte desta discussão é apresentada no item que segue.

#### 4 - DEPENDÊNCIA E (SUB)DESENVOLVIMENTO: UM DEBATE ENTRE DEPENDENTISTAS

Com relação às diferenças teórico-metodológicas entre os *dependentistas*, o debate mais significativo ocorreu entre a abordagem do *desenvolvimento dependente*, defendida por Fernando H. Cardoso, Enzo Faletto, José Serra e Lígia Goldenstein (1994), e a da *superexploração do trabalho* (do desenvolvimento do subdesenvolvimento), partilhada por Paul Baran, Paul Sweezy, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos.

Entre as abordagens do *desenvolvimento dependente* e da *superexploração do trabalho* – a mais crítica da teoria da dependência – há pontos convergentes (ambas tratam do desenvolvimento latino-americano no contexto internacional da expansão capitalista e do imperialismo, colaboraram para os estudos do desenvolvimento, marcaram e demarcaram a historiografia, contribuíram na construção teórico-metodológica das ciências sociais e humanas na América Latina) e divergentes (possibilidades e limites do desenvolvimento, base orgânica das relações de trabalho e da exploração dos trabalhadores, formas de rearticulação e superação das crises de acumulação do capital, caráter da dependência e das condições à sua superação nacional e engajamento social).

A abordagem do *desenvolvimento dependente* contesta que a industrialização tenha resultado num desenvolvimento do subdesenvolvimento. Para Cardoso e Faletto (1970, p. 127), a

internacionalização do mercado interno, ocorrida na década de 1950, possibilitou a industrialização dos países periféricos, mesmo resultando num desenvolvimento parcial e na continuidade da dependência. De certo modo, a tese do *desenvolvimento dependente* aceita a condição subordinada do desenvolvido interno e da inserção internacional dos países periféricos e compreende que não há como realizar um projeto nacionalista de desenvolvimento, auto-sustentado, na atualidade. Por outro lado, a abordagem do *desenvolvimento dependente* não problematiza, a fundo, as questões internas dos países latino-americanos (reformas estruturais na distribuição da riqueza e da renda e da participação popular).

Noutra medida, ao abordarem que as situações históricas de dependência se modificam com as transformações econômicas, políticas e sociais, pois se recompõem as alianças, os interesses e os pactos de hegemonia, pelo controle do Estado e da acumulação de capital, enfatizam que a dependência não se circunscreve à economia nem ao nível tecnológico ou à fase da industrialização. Ao indicarem que é possível falar em *novas situações históricas de dependência*, a partir do estado da dependência – da internacionalização do mercado interno ocorrida nos anos 1950 –, Cardoso e Faletto propuseram uma revisão das teses do desenvolvimento, indicando quatro conclusões básicas: a) “que existe a possibilidade de acelerar-se a industrialização nas economias periféricas, redefinindo-se as bases de dependência”; b) “que existe simultaneamente um processo de *dependência* e de *desenvolvimento capitalista*” na periferia latino-americana (CARDOSO, 1975, p. 35, 37); c) a partir dessas transformações, é possível falar em *países periféricos industrializados e dependentes*, pois “esse tipo de desenvolvimento continua supondo heteronomia e desenvolvimento parcial” (CARDOSO e FALETTTO, 1970, p. 127); e d) teoricamente o conceito “dependência” apreende com maior profundidade a totalidade desse fenômeno, em detrimento dos conceitos de subdesenvolvimento e de periferia econômica.

Numa primeira crítica à tese da *superexploração do trabalho* – do *desenvolvimento do subdesenvolvimento* (incluindo Frank e Marini) –, Fernando H. Cardoso expôs aquilo que considerava o ponto mais polêmico das divergências entre as vertentes da teoria da

dependência. Em *Dependência e Desenvolvimento*, os autores haviam reinterpretado as relações de dependência e defendiam que a *situação histórica da nova dependência* se diferenciava das anteriores, pois, com a industrialização e a internacionalização do mercado interno, a nova forma de dependência estava “baseada na exploração da mais-valia relativa e no aumento da produtividade” (CARDOSO, F. H., 1975, p. 36). Distintamente de produzir uma estagnação na América Latina, os novos investimentos estrangeiros nos setores produtivos de alta tecnologia (bens de capital) e no setor financeiro haviam gerado um desenvolvimento da economia interna e reestruturado a unidade produtiva (empresa) e a organização e divisão do trabalho. Assim, além de estabelecer uma nova aliança hegemônica, de controle e de decisão sobre o Estado, a produção, o consumo e as classes sociais, para Fernando H. Cardoso, em *Dependência e Desenvolvimento*, “a industrialização da periferia recoloca[va] o problema da realização da mais-valia e exige[ia] novos esforços teóricos e de pesquisa para equacioná-lo contemporaneamente” (CARDOSO, 1975, p. 35). Portanto, a divergência correspondia ao conteúdo das relações de dependência (formas de exploração do trabalho), tendo como objeto a esfera econômica<sup>8</sup>.

Tratando-se dos autores estudados, as críticas mais incisivas sobre a interpretação apresentada no texto *Dependência e Desenvolvimento* vieram de Paulo Nogueira Batista Júnior (1999) e dos dependentistas da corrente crítica, já citados. Batista Jr. afirma que, ideologicamente, Cardoso teria incorporado, desde a *Dependência e Desenvolvimento*, uma visão *conformista* sobre o desenvolvimento e a sua forma dependente de inserção na economia internacional. Segundo Theotônio dos Santos, desde 1974 Fernando H. Cardoso vinha adotando posições intelectuais e políticas mais moderadas: “ele aceitou a *irreversibilidade do desenvolvimento dependente* e a possibilidade de compatibilizá-lo com a *democracia*

---

<sup>8</sup> Em outra passagem Cardoso afirma: “A razão da polêmica possível é óbvia. Ao afirmar isto, oponho-me à interpretação da A. G. Frank sobre o ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’. Ao mesmo tempo, a interpretação de Ruy Mauro Marini sobre a natureza das relações de dependência como uma forma de reprodução da exploração da mais-valia absoluta e da produção de matérias-primas baratas, requer alguma delimitação” (CARDOSO, 1975, p. 36).

*representativa*” (SANTOS, 1998, p. 24, grifo nosso)<sup>9</sup>. Neste aspecto, Fernando H. Cardoso recolocava um *novo pessimismo*: os laços da/na dependência estabeleciam os limites ao desenvolvimento num novo cenário de dependência. Nas condições dos países latino-americanos, pode-se dizer que, para Cardoso, o desenvolvimento mantém-se dependente e sua referência teórica se aproxima muito mais do simples conceito de crescimento econômico.

Na abordagem da *superexploração do trabalho*, Rui M. Marini (1969) dissecou o desenvolvimento do subdesenvolvimento ao afirmar que a base de sustentação do capitalismo dependente perpassa pelo processo de acumulação de capital e a superação de suas crises (interna e internacional) ocorria à custa de uma superexploração dos trabalhadores, da exclusão social e política. Na crítica da crítica, Ruy M. Marini aprofundou a noção de *superexploração do trabalho*, recolocando o debate em outras bases. Se este debate permanecesse simplesmente no nível teórico – entre mais-valia absoluta ou relativa –, o risco de um novo dualismo estrutural era praticamente inevitável. Contudo, como Marini compreendia que qualquer desenvolvimento capitalista – acumulação de capital ou mesmo subdesenvolvimento – somente existia em função da apropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores, em *Dialética da Dependência* o autor retomou o sentido existencial e orgânico do trabalho, das classes trabalhadoras e das relações de classes no capitalismo, abordando o caso da América Latina<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Ao tratar da importância da obra antológica de Ruy Mauro Marini, no texto da “orelha do livro”, Emir Sader distinguiu as duas vertentes da teoria da dependência e apontou na mesma direção de Theotônio dos Santos: “Uma vertente – expressada pela obra de Fernando Henrique Cardoso – apontava para a interdependência como a solução da crise de acumulação; a outra, de caráter marxista, principalmente através da obra de Ruy Mauro Marini, indicava as limitações e deformações do capitalismo” (SADER, 2000, 1ª orelha, grifo nosso).

<sup>10</sup> Para Marini, a  
[...] *superexploração se define mais pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade e tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real.*

Na análise que fez sobre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a inserção das economias nacionais no mercado mundial, desde a metade do século XIX, Marini (1969 e 2000) considerou que a acumulação de capital (dos imperialistas e dos capitalistas locais) baseava-se nas formas de expropriação (mais-valor) absoluta e relativa do trabalho. Para Agustín Cueva (1985), esta inserção latino-americana na economia foi produzida no momento da formação do imperialismo, e na América Latina mulheres, crianças e homens pobres eram superexplorados.

Rui Marini não entendia que estas formas de exploração do trabalho demarcavam um dualismo (atraso e moderno), ou que houvesse uma relação lógica e modernizante entre ambas. Na mesma perspectiva apresentada por Francisco de Oliveira (1987, 2003), o autor não dissocia as formas absoluta e relativa. Nas relações entre capital e trabalho, a pobreza estrutural, a concentração da propriedade da terra e a expulsão do homem do campo, o desemprego estrutural e o uso da tecnologia substitutiva favoreciam os empresários e a intensificação da exploração dos trabalhadores, assalariados ou não. Neste sentido, o desenvolvimento produzia mais subdesenvolvimento. Entretanto, ambos os aspectos foram colocados na perspectiva do capital e do trabalho na esfera da economia nacional e internacional. As práticas de superexploração garantiam a acumulação imperialista (países centrais) e dos capitalistas locais, inclusive nos tempos de crise do capital, na socialização das perdas, e de recuperação da economia (investimentos e lucros), através do arrocho salarial e adoção de novas formas de exploração, provindas do trabalho ou do capital (produtividade).

O papel do Estado na regulação e/ou desregulamentação das relações entre o capital e o trabalho também é recomposto a cada nova fase do capitalismo dependente e da expansão imperialista. Rui Marini (2000), referindo-se ao caso brasileiro, citou a implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) durante o período

---

Não é este, no entanto, o ponto central da discussão. O que se discute é se as formas de exploração, que se distanciam da que engendra a mais-valia relativa sobre a base de uma maior produtividade, devem ser excluídas da análise teórica do modo de produção capitalista” (MARINI, 2000, p. 160).

militar, para exemplificar que o desenvolvimento e a inovação tecnológica (produtividade) foram acompanhados de reformas trabalhistas, com perdas de seguridade social para os trabalhadores<sup>11</sup>. Enquanto Agustín Cueva aborda o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, citando as resistências populares antiimperialistas nos anos 1920, atualizando a interpretação que Mariátegui fez sobre a construção do projeto democrático-liberal dos Estados nacionais e o caráter conservador das burguesias latino-americanas, no mesmo caminho Rui Marini enfoca a relação entre subdesenvolvimento e revolução, durante os anos de chumbo.

O debate sobre as teses da *superexploração* e do *desenvolvimento dependente* teve como expoentes alguns intelectuais brasileiros, dentre os quais convém citar Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, para a primeira, e Fernando Henrique Cardoso e José Serra, para segunda. Alguns argumentos e contra-argumentos já foram apresentados acima, mas o mais polêmico gira em torno das formas de expropriação absoluta e relativa do trabalho. Enquanto Serra e Cardoso (1978) criticam a *superexploração*, vista por eles mais como “coisa” do subdesenvolvimento anterior (mais-valor absoluto), e indicam que o desenvolvimento, mesmo dependente, apresenta ganhos de produtividade (mais-valor relativo), na resposta de Marini (1978), argumenta este que na América Latina o capitalismo se desenvolve tanto no, com e à custa do subdesenvolvimento, superexplorando os trabalhadores de ambas as formas (com ou sem investimentos de capital na produção) e intensificando a participação do trabalho).

Outra nuance deste debate, aparentemente sem importância, merece atenção, mesmo que não faça parte direta dos argumentos e contra-argumentos, pois diz respeito à divulgação dos textos deste debate e possíveis interferências. Na apresentação da antologia da obra de Rui Mauro Marini, Emir Sader (MARINI, 2000) informou que a crítica que José Serra e Fernando H. Cardoso apresentaram no artigo “As desventuras da dialética da dependência” sobre a obra

---

<sup>11</sup> A reforma do aparelho do Estado, as privatizações das empresas públicas (de Collor a FHC) e a reforma constitucional da previdência, aprovada em 2004, no primeiro ano do Governo Lula são outros exemplos.

*Dialética da Dependência*, foi publicada na Revista Mexicana de Sociologia, em 1978 (número extraordinário). A crítica da crítica de Marini foi publicada no mesmo número da revista mexicana, no artigo “As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e a José Serra)”.

O público brasileiro não teve, entretanto, a mesma oportunidade de conhecer parte deste debate, ainda em 1978, pois no caderno de *Estudos CEBRAP*, 1978 (n. 23), foi publicado somente o artigo de José Serra e Fernando Henrique Cardoso. O artigo de Marini nem chegou a ser publicado nas edições seguintes dos *Estudos*, como lamentou Theotônio dos Santos:

Em primeiro lugar, é necessário ressaltar que Fernando Henrique sempre apresentou suas críticas com muita elegância e respeito, no interior de uma aventura intelectual comum da qual participamos: a chamada “teoria da dependência”. Contudo, é desagradável constatar que o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), que ele fundou e então dirigia, nunca publicou a resposta contundente de Ruy Mauro Marini às suas críticas. Pelo contrário, fez-se um constrangedor silêncio sobre essa polêmica que a imprensa brasileira vem mantendo até o presente (SANTOS, 2000, p. 125).

Pelas informações de Emir Sader, estes anos de silêncio foram quebrados somente em 2002, com a publicação da antologia de Marini, na coleção “A outra margem” (Editora Vozes). Efetivamente, as idéias têm lugar, ou melhor, há interesses sobre a publicização das idéias.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *teoria da dependência* também demarcou o debate e a construção do marxismo latino-americano. Neste campo, o maior enfrentamento dos *marxistas dependentistas* foi com a tradição stalinista presente entre os partidos comunistas latino-americanos. Os dependentistas, inspirados nas lutas populares existentes nos países centro-americanos e na experiência cubana (o marxismo *guevarista*)

com a pauta antiimperialista e de libertação nacional, contribuíram para a retomada da originalidade do marxismo latino-americanista de José Carlos Mariátegui (1992), dos *7 Ensaíos de Interpretación de la Realidad Peruana*, de 1928, bem como de José Martí, na independência cubana, e de Augusto C. Sandino na luta nicaragüense contra o domínio imperialista estadunidense, nos anos 1920.

O enriquecimento do marxismo latino-americano vivido neste período foi resumido por Michael Löwy em seu ensaio sobre sua trajetória histórica na região:

Paralelamente ao crescimento de novas correntes revolucionárias, a Revolução Cubana estimulou o desenvolvimento da ciência social marxista. Pela primeira vez, o marxismo penetrou em escala nas universidades latino-americanas e enriqueceu o estudo da sociologia, da economia política, da história e da ciência política. As idéias da ciência social norte-americana e os seus imitadores na América Latina, as teorias desenvolvimentistas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina, das Nações Unidas), com a sua problemática dualista – sociedade moderna contra sociedade arcaica –, e as teorias congeladas da esquerda tradicional, geralmente de origem stalinista, foram questionadas e criticadas em uma série de obras de pesquisa teórica e empírica (LOWY, 1999, p. 48-49)<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> O artigo *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, do Francisco de Oliveira (1987), de 1972, demarcou o debate historiográfico sobre o dualismo (moderno – atraso) e a visão ético-finalista cepalina. Entretanto, ao analisar a heterogeneidade estrutural do subdesenvolvimento entre o final do século XIX e início do XXI, no *ornitorrinco*, o próprio Chico de Oliveira reconheceu a validade das análises que Raúl Prebisch e Celso Furtado fizeram do fenômeno histórico e periférico do *subdesenvolvimento* e a improcedência em vê-los como teóricos evolucionistas e dualistas. Em o *ornitorrinco*, Chico reinterpreta a simbiose e a relação dialética que há nas relações trabalho-capital, o “ex-moderno e o ex-atraso” na revolução molecular-digital: “O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão” (OLIVEIRA, 2003, 150).

No início do texto “Ornitorrinco”, Chico de Oliveira (2003, p. 125) trata a teoria do subdesenvolvimento como “elaboração original alternativa à teoria do crescimento de origem clássica, de Adam Smith e David Ricardo”, que analisou o desenvolvimento latino-americano como uma singularidade histórica.



Raúl Fornet-Betancurt (1995, p. 259) manifestou a mesma opinião com relação à contribuição que as *teorias de dependência* apresentaram no campo teórico (desenvolvimento das ciências sociais e da pesquisa histórica) e prático (luta social): “Do ponto de vista da teoria do conhecimento e da política, a formulação da teoria da dependência, respectivamente das teorias de dependência, pode ser considerada o verdadeiro eixo de um desenvolvimento social-científico, porque com ele se introduz um novo paradigma para a interpretação da situação do subcontinente, bem como para a atuação política”.

Referindo-se principalmente à abordagem da teoria da dependência crítica e seu engendramento social (nesta perspectiva também podem ser citados os marxistas dissidentes da oficialidade do PCs, como Caio Prado Júnior; intelectuais militantes como Florestan Fernandes; e militantes e teólogos cristãos da Teologia da Libertação), Michael Löwy resumiu os principais pontos da crítica feita ao marxismo oficial dos partidos comunistas (pelo estruturalismo, o evolucionismo e o etapismo stalinista) e os limites do capitalismo dependente<sup>13</sup>.

Na fase atual do imperialismo, denominada “globalização”, do “fim da história” e das ideologias, sob o novo império do “pensamento único” e com a adoção do *(des)ajuste global*, como expuseram Maria da Conceição Tavares e José Fiori (1996), torna-se oportuno revisitar o *pensamento periférico* e as *teorias da dependência*,

---

<sup>13</sup> É oportuno indicar os cinco pontos sintetizados por Michael Löwy: “1. A rejeição da teoria do feudalismo latino-americano e a caracterização da estrutura colonial histórica e da estrutura agrária presente como essencialmente capitalistas. / 2. A crítica do conceito de uma ‘burguesia nacional progressista’ e da perspectiva de um possível desenvolvimento capitalista independente nos países latino-americanos. / 3. Uma análise da derrota das experiências populistas como resultado da própria natureza das formações sociais latino-americanas, sua dependência estrutural e a natureza política e social das burguesias locais. / 4. A descoberta da origem do atraso econômico não no feudalismo nem em obstáculos pré-capitalistas ao desenvolvimento econômico, mas no caráter do próprio desenvolvimento capitalista dependente. / 5. Finalmente, a impossibilidade de um caminho “nacional-democrático” para o desenvolvimento social na América Latina e a necessidade de uma revolução socialista como única resposta realista e coerente ao subdesenvolvimento e à dependência” (LÖWY, 1999, p. 49-50).

pois ambos, guardadas as diferenças, desmascaram, sem maiores problemas, o caráter ideológico do neoliberalismo – do Hayek (1977), dos Friedman (1980) e de Francis Fukuyama (1992) - e desvelam o “canto da sereia”, das benesses do livre-comércio e do ingresso ao “paraíso do mercado”.

A tarefa da desmistificação da “globalização” e do “Consenso de Washington” (BATISTA Jr., 1999 e 2000) passa pela análise histórica da recepção do neoliberalismo na América Latina e da identificação da nova aliança hegemônica na dependência e seus interesses, ainda mais quando este processo contou com a participação pessoal, intelectual e pública de *ex-dependentistas*, da primeira geração, como ocorreu no Brasil, onde Fernando Henrique Cardoso foi, de 1994 a 2002, ator de destaque no desmonte do Estado desenvolvimentista e articulador da construção do ornitorrinco. De estudioso da dependência, FHC passou a ser praticante de uma *nova situação concreta de dependência*, subscrevendo esta aliança ao nível da sociedade civil e da política brasileira e internacional, que, no seu cerne, está sendo mantida nos dois governos de Lula/Alencar.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARICÓ, José. “O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional” In: HOBBSAWM, Eric J. (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. VIII, p. 419-459.

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. *A economia como ela é ...* São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_; “Dependência: da teoria à prática”. In: *Estudos Avançados* /Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo/ v. 13(37), 1999. p. 215-224.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico de desenvolvimentismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1970.

\_\_\_\_\_; “Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina”. In: SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Mauricio (orgs.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 13-30.

\_\_\_\_\_; “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência”. In: *Cadernos CEBRAP*. São Paulo, CEBRAP/Brasiliense, 1975. (n. 11) p. 23-47.

\_\_\_\_\_; “Teoria da Dependência ou análises concretas de situações de dependência” In: *Estudos (I)*, CEBRAP: sobre teoria e método em sociologia, São Paulo, 1971. p. 25-45.

\_\_\_\_\_; *As Idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1993.

CEPAL. *Estudio económico de América Latina – 1949*. Nueva York: CEPAL/ Naciones Unidas, 1951.

CUEVA, Agustín. *O Desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983.

DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FALETTTO, Enzo. “Los Anos Sesenta y el Tema de la dependencia”. In: RÊGO, José Márcio e outros (coords.). *Teoria da dependência: 30 anos depois*. /José Márcio Rego – FGV/SP; Marco Antonio Coelho – IEA/USP; Maria Hermínia Tavares de Almeida – FFCH/USP; Rosa M. Marques – PUC/SP; Sedi Hirano – FFCH/USP; Cláudia Regina N. Pereira – IEA/USP/ 15 e 16 de Junho de 1998. Anfiteatro da Geografia – FFCH/USP. São Paulo, IEA/USP, 1998. (digitado) p. 1-9

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. *O marxismo na América Latina*. São Leopoldo/RS: Editora da UNISINOS, 1995.

FRANK, Andre Gunder (org.). *La formación del subdesarrollo*. Barcelona: Tipografía Emporium, 1971.

\_\_\_\_\_; “Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano” In: PEREIRA, Luiz (org.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FRIEDMAN, Milton & Rose. *Liberdade de escolher: o novo liberalismo econômico*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

FUKUYAMA, Francis. “A Vitória do VCR” In: \_\_\_\_; *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p.132-144.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GOLDENSTEIN, Lúcia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HAYEK, Friedrich A. *O caminho da servidão*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.

LÊNIN. *O Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1985.

LÖWY, Michael. *O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. 57 ed. Lima: Biblioteca Amauta, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. /org. Emir Sader/ Petrópolis: Vozes/CLASCO, 2000.

\_\_\_\_\_; *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI, 1969.

MARTINS, José de Souza. “Sociologia e militância: entrevista com José de Souza Martins”. In: *Estudos Avançados*. v. 11. n. 31, set./dez. 1997. p. 137-187.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_; *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PREBISCH, Raúl. “Aspectos econômicos da Aliança para o Progresso” In: DREIER, John. (coord.). *A Aliança para o Progresso – problemas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. p. 55-102.

\_\_\_\_\_; *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

\_\_\_\_\_; “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”. In: *Revista Brasileira de Economia*. Ano 3, n. 3, setembro de 1949. p. 47-111.

\_\_\_\_\_; “Interpretação do processo de desenvolvimento econômico” In: *Revista Brasileira de economia*. Ano 5, n. 1, março de 1951. p. 7-117.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RODRÍGUEZ, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. 3. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

SANTOS, Theotônio dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_; “A Teoria da Dependência: um balanço histórico e teórico” In: RÊGO, José Márcio e outros (coords.). *Teoria da Dependência: 30 Anos depois*. /José Márcio Rego – FGV/SP; Marco Antonio Coelho – IEA/USP; Maria Hermínia Tavares de Almeida – FFCH/USP; Rosa Maria Marques – PUC/SP; Sedi Hirano – FFCH/USP; Cláudia Regina N. Pereira – IEA/USP/ 15 e 16 de Junho de 1998. Anfiteatro da Geografia – FFCH/USP. São Paulo, IEA/USP, 1998. (digitado) p. 10-54

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*. Porto Alegre: Editora Universitária/EDIPUCRS, 1996.

SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. In: *Estudos CEBRAP*. São Paulo, Janeiro-1973. n. 3, p.149-161.

\_\_\_\_\_; “Prefácio com perguntas” In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 11-23.

SERRA, José; CARDOSO, Fernando Henrique. “As desventuras da dialética da dependência”. In: *Estudos CEBRAP*. São Paulo, CEBRAP/Brasiliense, 1978 (n. 23). p. 34-80.

SINGER, Paul. “Apresentação” In: RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. VII-XXVII (Col. Os Economistas)

STEIN, Stanley J. e STEIN, Bárbara H. *A herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro – ensaios sobre economia brasileira*. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís. *(Des)Ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

WEFFORT, Francisco. “Notas sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional”. In: \_\_\_\_\_. *O populismo na política brasileira*. 4. ed., Rio de Janeiro, 1980. p. 165-181.

WOLF, Eric R. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global, 1984.